



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOSÉ ALMEIDA SOUSA DO NASCIMENTO

**CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO EM UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2019**

JOSÉ ALMEIDA SOUSA DO NASCIMENTO

**CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO EM UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC) do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht.

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244c Nascimento, José Almeida Sousa do.

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO EM
UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE
JOÃO PESSOA / José Almeida Sousa do Nascimento. - João
Pessoa, 2019.

45 f. : il.

Orientação: Tiago Henrique de Souza Echternacht.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Controle Interno. 2. COSO. 3. Instituição Pública de
Ensino Superior. I. Echternacht, Tiago Henrique de
Souza. II. Título.

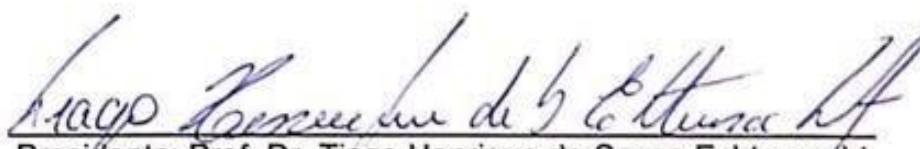
UFPB/BC

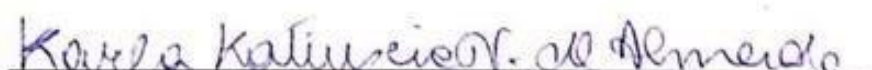
JOSÉ ALMEIDA SOUSA NASCIMENTO

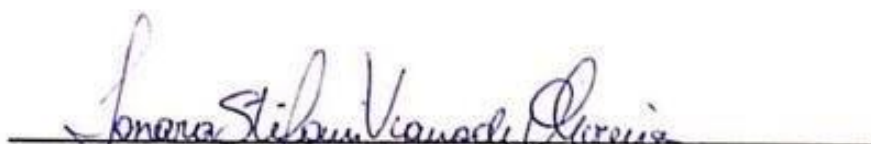
**CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO EM UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht
Instituição: UFPB


Membro: Prof.^a Dr.^a Karla Katiuscia Nobrega de Almeida
Instituição: UFPB


Membro: Prof.^a M.^a Ionara Stefani Viana de Oliveira
Instituição: UFPB

João Pessoa, 20 de Setembro de 2019.

Dedico este trabalho a Deus, pois sem ele na minha vida não tinha chegado até aqui, dedico também a minha mãe que sempre esteve ao meu lado durante toda minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido chegar até aqui, além de me oferecer forças e os melhores caminhos para superar os momentos mais difíceis dessa minha graduação.

Agradeço também a minha mãe, Angelina, que sempre me apoiou durante toda minha graduação. Foi ela que sempre lutou comigo para superar os desafios e as dificuldades que surgiram durante minha vida acadêmica.

Agradecer aos meus amigos de turma, que sempre estiveram comigo, não apenas nos melhores momentos, mas também nas dificuldades, eles sempre estavam lá para me oferecer forças e me apoiar. Quando pensei que tudo não daria mais certo, foi com ajuda deles e da professora Edmery que consegui superar o momento mais difícil na minha graduação.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Tiago, por ter aceito encarar esse desafio comigo, pois eu não teria conseguindo encarar esse desafio sozinho. Muito obrigado pelo apoio e por todo conhecimento adquirido.

Agradecer também a todos os professores que contribuíram para meu aprendizado, que me fez evoluir não apenas na vida acadêmica, mas também na vida pessoal. Que continuem assim, pois o curso de Ciências Contábeis e seus alunos serão sempre beneficiados.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de verificar o funcionamento do sistema de controle interno de uma instituição de ensino superior localizada em João Pessoa, Paraíba. Para alcançar esse objetivo, foi utilizado como ferramenta de avaliação um questionário adaptado do estudo realizado por Teixeira (2008). O questionário foi aplicado aos servidores da Coordenação de Auditoria Interna (Audin) da instituição pesquisada, com o intuito de analisar as percepções e o nível de conhecimento acerca do sistema de controle interno da instituição sob as perspectivas dos cinco componentes do COSO. Os resultados obtidos foram satisfatórios, que possibilitaram constatar que os servidores da Coordenação de Auditoria Interna (Audin), têm um nível de conhecimento aceitável sobre o sistema de controle interno utilizado na instituição, além de demonstrarem conhecimentos sobre as perspectivas e os componentes do COSO. Foi possível verificar também, através das respostas que os servidores indicaram no questionário, que existem dúvidas entre eles a respeito de alguns procedimentos de controle adotados pela instituição.

Palavras-chave: Instituição de Ensino Superior. Controle Interno. COSO.

ABSTRACT

The present work was developed with the objective of check the functioning of the internal control system of a higher education institution located in João Pessoa, Paraíba. To achieve this objective, was using a questionnaire adapted from the study by Teixeira (2008). The questionnaire was applied to the servers of the Internal Audit Coordination (Audin) of the researched institution, in order to analyze the perceptions and the level of knowledge about the institution's internal control system from the perspective of the five components of COSO. The results obtained were satisfactory, which made it possible to verify if the Internal Audit Coordination (Audin) servers have an acceptable level of knowledge about the internal control system used in the institution, besides demonstrating knowledge about the perspectives and components of COSO. It was also possible to verify, through the answers that the servers indicated in the questionnaire, that there are doubts among them about some control procedures adopted by the institution.

Keywords: Institution of Higher Education. Internal control. COSO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Princípios bases da Administração Pública	18
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Componentes da Administração Direta e Indireta.....	18
Quadro 2 - A evolução do Controle Interno no Brasil.	21
Quadro 3 - Primeira Dimensão da Metodologia do COSO.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tempo de serviço na instituição	28
Tabela 2 - Percepção sobre o Ambiente de Controle.....	29
Tabela 3 - Percepção sobre Avaliação de Riscos	31
Tabela 4 - Percepção sobre Atividades de controle	33
Tabela 5 - Percepção sobre Informação e Comunicação	34
Tabela 6 - Percepção sobre Monitoramento	36

LISTA DE ABREVIATURAS

AUDIN – Auditoria Interna

COSO - Committee of Sponsoring Organizations

IES – Instituições de Ensino Superior

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVAS	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.2 CONTROLE	18
2.2.1 Controle Interno	20
2.2.2 Controle Interno na Administração Pública.....	21
2.3 <i>COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS – COSO</i>	23
2.4 ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	24
3 METODOLOGIA	25
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA.....	25
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	28
4.2 AMBIENTE DE CONTROLE	29
4.3 AVALIAÇÃO DE RISCOS	31
4.4 ATIVIDADES DE CONTROLE	32
4.5 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	34
4.6 MONITORAMENTO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5.1 LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	39
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	43

1 INTRODUÇÃO

A necessidade em adotar medidas de controle interno nas organizações tornou-se mais evidente, principalmente devido algumas transformações como: mudanças significativas nos modelos de negócios das organizações, maior exigência por transparência, inserção de novas tecnologias, complexidade nas operações e nas determinações legislativas e, devido também os casos recentes de fraudes, como por exemplo, o caso ocorrido na empresa Enron, que acarretou na falência da empresa. Com isso, é de suma importância para as organizações adotar um sistema de controle interno eficiente, para proteger seus ativos de possíveis fraudes e gerir seus recursos da melhor forma possível.

Com o aumento da corrupção e da cobrança por parte da população, os gestores públicos passaram a adotar mais medidas de controle interno, com o objetivo de combater as fraudes, gerir os órgãos com mais eficiência e eficácia e, de atuar com mais transparência.

Nesse sentido, para Brandão (2015) esses diversos escândalos acarretaram um crescente interesse e necessidade em áreas como, auditoria, contábil e controle interno. Os profissionais, para atender toda essa demanda foi necessário buscar novos conhecimentos, que contribuiriam para a evolução dessas áreas.

A utilização correta das práticas de controle interno facilita a realização dos ajustes e das correções necessárias para a administração alcançar seus objetivos e metas, ou seja, é um instrumento de suma importância no processo de tomada de decisão. Possibilita também identificar caminhos para uma melhor aplicação dos recursos e consequentemente evitar desperdícios, além disso garante transparência nos atos praticados pelos gestores (NUNES, 2012).

Entre os diversos órgãos que compõe a administração pública, encontram-se as universidades federais, que tem como papel principal oferecer ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, é necessário um controle efetivo dos recursos destinados a esse fim, para assim assegurar o alcance dos objetivos dessas instituições.

Para Queiroz (2011), as universidades federais integrantes fundamentais da administração pública, tem o dever de oferecer a sociedade acesso adequado ao ensino superior, com isso a utilização de ferramentas de controle interno, nessas instituições, é um meio para auxiliar no planejamento e nas decisões dos gestores e servidores das universidades.

Seguindo essa temática, o desenvolvimento deste trabalho terá como principal motivação verificar se os instrumentos de controle interno são aplicados nas universidades federais. A instituição objeto de estudo deste trabalho é uma instituição pública de ensino superior localizada em João Pessoa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de todo contexto apresentado, a questão que orientou o desenvolvimento deste trabalho foi: Qual é o grau de adesão ao modelo do COSO em sua estrutura integrada observado na instituição pública de ensino superior localizada em João Pessoa?

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa encontra-se estruturada em um objetivo geral e três específicos, conforme é apresentado a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o alinhamento dos controles internos utilizados na instituição pública de ensino superior da cidade de João Pessoa, utilizando as perspectivas do COSO.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Confrontar os procedimentos de controle interno adotados pela instituição com os cinco componentes do COSO.
- b) Realizar uma análise comparativa entre os resultados deste trabalho com os resultados de trabalhos anteriores.
- c) Verificar a percepção dos servidores acerca do sistema de controle interno aplicado na instituição.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o acesso mais flexível as informações, a sociedade passou a conhecer mais os seus direitos e os deveres do governo, conseqüentemente a população passou a cobrar com mais fervor da administração pública. Assim, surgiu a necessidade de aprimorar os serviços prestados pela máquina pública, porém foi necessário adotar ferramentas para auxiliar nesse aprimoramento, um dos caminhos encontrados foi aumentar a utilização dos instrumentos de controle interno.

Gestões mais transparentes é um dos benefícios que o controle interno assegura para os órgãos públicos, e diante de um cenário em que a população fiscaliza com mais afinco os recursos destinados a administração pública, agir com transparência é uma forma para garantir a prestação de conta (*accountability*) com a sociedade. Além disso, a divulgação dos atos praticados pelos gestores certifica o cumprimento de um dos princípios expressos na Constituição Federal, que é o princípio da publicidade.

Uma gestão mais transparente resulta em um combate mais resistente contra corrupção, o que torna o controle interno uma ferramenta essencial para o governo, pois além de assegurar gestões mais transparentes, garante também meios para combater atos ilícitos praticados na administração. E na atual conjuntura do Brasil, que casos de corrupção são corriqueiros, usar instrumentos de controle interno é um dos melhores meios para lutar contra realidade presente no país.

Diante de tudo que foi dito, justifica-se este trabalho, pelo fato de que o mecanismo de controle interno procura proporcionar a administração pública um auxílio administrativo mais efetivo nas atividades praticadas pelos gestores e servidores dos órgãos públicos. Pois um controle interno bem executável tem a capacidade de facilitar o processo de tomada de decisão, evidenciar alguns pontos a serem trabalhados com mais intensidade e cuidado, além de possibilitar um monitoramento mais eficaz dos recursos destinados ao governo.

Outro ponto relevante deste trabalho é que ele irá demonstrar como funciona na prática o sistema de controle interno em uma instituição pública, a instituição em questão é uma IES localizada em João Pessoa. Além de garantir uma maior reflexão e discussão sobre o tema, pois devido aos casos de má gestão e, principalmente de corrupção, essa temática vem sendo abordada com mais frequência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse tópico do trabalho está fracionado em quatro partes, a primeira parte aborda aspectos relacionados a administração pública, a segunda parte traz uma contextualização mais detalhada sobre controle e também sobre controle interno, a terceira aborda aspectos relacionados ao COSO e a última parte trata da gestão das instituições de ensino superior.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

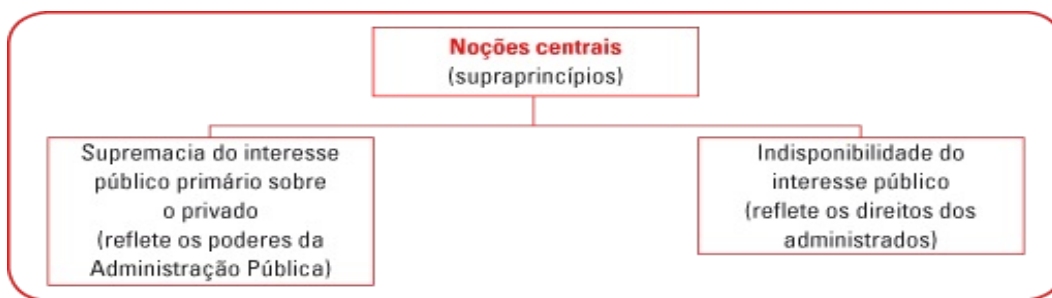
Administrar significa conduzir serviços, tanto os privados, quanto os públicos. Além de ser responsável pela condução de serviços, administrar é também executar, controlar, dirigir e governar, com intuito de buscar suprir as necessidades da sociedade (COSTA, 2018).

Para Marinela (2007), a administração funciona para o estado como a instrumentalização necessária para realizar os serviços, e conseqüentemente atender as exigências coletivas. E que a Administração é responsável por praticar os atos de execução, e não por praticar os atos do governo.

A administração pública que faz parte da ciência da administração, tem como finalidade ser um instrumento para o governo. É através dos ensinamentos da administração pública que o governo aplica seus planejamentos, dirige e controla os atos administrativos na máquina pública (CHIAVENATO, 2008).

Para Carranza (2016), existe três meios no Brasil para administrar o estado: o patrimonialismo, o burocrático e o gerenciamento. Percebe-se a presença do patrimonialismo nos escândalos de corrupção, sobre o burocrático, ele é necessário para controlar os atos administrativos e estabelecer limites. Em relação ao gerenciamento ele é o mais predominante, pois gerir da melhor forma possível os órgãos públicos, é uma das principais preocupações do governo.

De acordo com os pensamentos de Paludo (2013), a administração pública é regida por alguns princípios, dos quais o princípio da indisponibilidade do interesse público e o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, são os que sustentam o regime jurídico-administrativo. Esses dois princípios são ainda considerados princípios bases para o surgimento de outros. Além desses princípios, existem os que estão expressos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Figura 1 - Princípios bases da Administração Pública

Fonte: Mazza (2013)

A administração pública é composta por entidades políticas e administrativas. As entidades políticas são internas, integrantes diretas da República Federativa do Brasil, como a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios, essas entidades tem a capacidade legislativa e administrativa. Já as entidades administrativas, diferentemente das entidades políticas, só têm capacidade administrativa. Além disso, as administrativas exercem suas funções conforme a legislação (ABREU; MOREIRA, 2016).

Ainda na visão de Abreu e Moreira (2016), a administração pública é estruturada em administração direta e indireta. A direta é composta por órgãos que tem personalidade política perante o estado. Já a indireta tem na sua composição entidades com personalidade jurídica, e estão diretamente relacionadas a administração direta.

Quadro 1 - Componentes da Administração Direta e Indireta

Administração Direta	Órgãos	da Presidência da República
		dos Ministérios
		do Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU
		Conselhos Diversos
Administração Indireta	Entidades	Autarquias
		Fundações
		Empresas Públicas
		Sociedades de Economia Mista
		Consórcios constituídos como Associação Pública

Fonte: Paludo (2013)

Tanto a administração direta quanto a indireta têm competência para exercer as atividades administrativas do estado, porém, a direta exerce de forma centralizada, e a indireta de forma descentralizada.

2.2 CONTROLE

O controle funciona como instrumento de fiscalização, e é imprescindível desde do planejamento de uma organização, até a execução dos planos. Além de ser responsável por inspecionar os resultados, o desempenho e ainda identificar pontos fortes e fracos nas entidades. Sendo assim, o controle é aplicado com intuito de auxiliar as organizações, diminuir as fraudes e aumentar a confiabilidade nas informações fornecidas pelas instituições (DINIZ, 2015).

Para Queiroz (2011), o controle é uma ferramenta fundamental para a administração alcançar o desempenho desejado. O controle torna-se mais importante para as organizações em virtude dos diferentes modelos de negócios, dos quais muitos são complexos e são responsáveis por gerar uma grande gama de informações, consequentemente a utilização de instrumentos de controle torna-se fundamental.

Segundo Teixeira (2008, p. 35) “O processo de controle envolve algumas etapas, segundo alguns autores, e pelo menos quatro são comuns entre seus apontamentos, com as etapas de: planejar, acompanhar, avaliar e corrigir”.

O controle é praticado em tempos e de maneiras distintas. Existe o controle prévio, que é realizado antes da conclusão dos atos. Enquanto isso, o controle simultaneamente fiscaliza a realização dos atos e certifica as informações, desta forma, o controle realizado durante os atos praticados tem a finalidade de assegurar a execução das ações, além de procurar diminuir os erros e as fraudes. Já o controle subsequente é realizado após a conclusão das ações, servirá para verificar a veracidade dos atos praticados (COSTA, 2014).

“A ação de controle é um complexo de atividades que estão interligadas ao acompanhamento dos atos e fatos da Administração, cuja intenção é de assegurar o sucesso na consecução de suas finalidades” (QUEIROZ, 2011, p. 21).

Para Brandão (2015), o controle é visto como um dos elementos essenciais da administração, seja ela privada ou pública. Já que o desenvolvimento eficiente e eficaz de uma gestão está interligado diretamente ao controle, que funciona como o conjunto de técnicas utilizadas pela administração para gerir os recursos e garantir a sobrevivência da gestão.

2.2.1 Controle Interno

O alcance do controle interno é bastante amplo, pois não se realiza o controle apenas para tratar de aspectos contábeis e financeiros. O controle interno vai além, englobando também aspectos operacionais. Sendo assim, as ferramentas de controle interno possuem uma extensão ampla, estando presente em todos os setores da empresa ou órgão, sempre com intuito de buscar os melhores desempenhos e resultados (AZEVEDO; ENSSLIN; REINA, 2010).

De acordo com Silva (2014), o controle interno tem em sua composição dois elementos essenciais, o planejamento e todos os meios responsáveis por controlar as ações da organização. Ambos elementos visam garantir a proteção patrimonial, ou seja, proteger o patrimônio de qualquer desvio ou erro relevante, além de buscar também fidedignidade nas informações prestadas e atingir as metas operacionais, para assim conseguir alcançar os objetivos globais da entidade.

Nesse viés Brandão (2015, p. 69) define o controle interno como:

[...] o controle interno em qualquer segmento, público ou privado, é essencial na prevenção de erros e fraudes, tendo significado relevante no cumprimento dos objetivos do plano organizacional, com confiabilidade e evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, com a finalidade de que os objetivos fixados estejam em conformidade.

Diante de todo esse contexto, fica claro o quanto é importante o controle interno para a administração, seja ela pública ou privada. Essa importância fica mais evidente, a partir do momento no qual surgem os benefícios de se aplicar um sistema de controle interno eficiente em um cenário econômico bem mais competitivo e exigente.

Silva (2013, p. 11) destaca algumas das principais vantagens da utilização de um controle interno:

- I.Prevenção de fraudes, e em caso de ocorrência das mesmas, possibilidade de descobri-las o mais rapidamente possível e determinar sua extensão;
- II.Localização de erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao se registrar a operação;
- III.Estimular a eficiência do pessoal, mediante vigilância que se exerce por meio de relatórios;
- IV.Salvaguardar os ativos e, de maneira geral, obter um controle eficiente sobre os aspectos vitais do negócio.

2.2.2 Controle Interno na Administração Pública

O controle interno na administração pública é exercido por determinações legislativas. Essas determinações têm como objetivo fiscalizar os órgãos públicos, para poder ter a capacidade de verificar e controlar os fluxos de aquisições efetuadas de bens e serviços (CARDIN *et al*, 2015).

O controle interno adotado pelas entidades serve para auxiliar a administração na gestão adequada do patrimônio público. O controle interno bem executado tem a capacidade de prever, detectar e corrigir as ações governamentais. Desta forma, o controle interno contribui para o melhor desenvolvimento possível da administração pública, pois tem o intuito de auxiliar no cumprimento dos objetivos da gestão (JOSÉ FILHO, 2008).

Brandão (2014, p. 18) “É de grande interesse da sociedade e do governo controlar e aperfeiçoar os gastos públicos, por isso se dá importância ao Controle Interno nos órgãos públicos, no âmbito da administração federal brasileira”.

O controle interno sempre esteve na gestão pública brasileira, mas passou por constantes evolução ao decorrer dos anos, em razão principalmente dos diferentes cenários governamentais e devido a necessidade de controles mais precisos.

Pode-se observar abaixo, no Quadro 2, a evolução do Controle Interno no Brasil:

Quadro 2 - A evolução do Controle Interno no Brasil

(continua)

DATAS	FATOS
1964	Publicação da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
1967	Decreto nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Controle Interno era exercido pelas inspetorias de finanças.
1967	Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de março de 1967, a qual determina que o controle é um preceito constitucional.
1986	Criação da Secretaria do Tesouro Nacional que passou a comandar o sistema financeiro da União e as secretarias de Controle Interno (CISSETs).
1988	Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
1993	Lei 8.666, de 23 de junho 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
1994	Criação da Secretaria Federal de Controle (SFC).

(conclusão)

2000	Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
2002	Criação da Corregedoria-Geral da União.
2002	Decreto nº. 4.177, de 28 de março de 2002, estabelece que a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e a Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI) passaram a integrar a estrutura da Corregedoria-Geral da União que incorporou as funções de Ouvidoria-Geral.
2003	Lei nº. 10.683, de 28 de março de 2003, alterou a denominação para Controladoria Geral da União (CGU), em substituição à Corregedoria-Geral.
2006	Criação da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI).

Fonte: Queiroz (2011)

Apesar de ser evidente o quanto é relevante ter um sistema de controle interno eficiente aplicado na administração pública, em determinados casos existem limitações que impedem a implantação adequada dos sistemas de controle interno nos órgãos públicos. Dentre essas limitações estão, a precariedade da administração pública, a falta de recursos adequados e até mesmo a falta de interesse dos gestores e servidores públicos em implementar um sistema de controle interno.

Silva (2014, p. 12) relaciona algumas características da Administração Pública que dificultam a implantação de dispositivos de controles e mudanças comportamentais:

- I. Dificuldade para medir resultados, pela falta de parâmetros externos;
- II. Não há risco de descontinuidade, porque a organização pública é essencial e não está sujeita a falências;
- III. Relativa estabilidade funcional dos agentes, que só perdem o emprego em situações especialíssimas;
- IV. Grande rotatividade das funções da alta administração (agentes políticos) devido à vinculação político-partidária, que pode mudar a cada quatro anos; e
- V. Não há risco financeiro ou patrimonial para os administradores, porque o investimento vem do povo.

2.3 COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS – COSO

O COSO foi criado com o intuito de aprimorar os relatórios financeiros das instituições e, é intitulado como uma organização sem fins lucrativos. As orientações do COSO tem reconhecimento internacional, ou seja, ele serve como referência para os sistemas de controle interno de todo o mundo (HILLEN; SANTOS; SOUZA 2013).

De acordo com Maffi (2018), o COSO foi criado com a finalidade de analisar os relatórios financeiros e contábeis sujeitos a ocorrências de erros e fraudes. Além disso, o COSO tem como finalidade oferecer meios de controles para combater os possíveis erros e fraudes que podem ocorrer nos relatórios financeiros e contábeis das instituições.

O COSO segue uma metodologia, que tem como propósito definir controle interno, apontar seus componentes e meios para avaliar. A metodologia do COSO tem como base uma estrutura tridimensional, a primeira dimensão apresenta os cinco componentes da estrutura do controle interno: ambiente de controle; avaliação de risco; atividade de controle; informação e comunicação; e monitoramento, conforme é apresentado no quadro 3.

Quadro 3 - Primeira Dimensão da Metodologia do COSO

Ambiente de Controle	o ambiente de controle de uma empresa é a “atitude geral da administração e dos funcionários com relação à importância dos controles”. Sendo assim o ambiente de controle se configura eficaz quando os integrantes da organização conhecem e executam suas responsabilidades.
Avaliação de Riscos	A avaliação de riscos consiste na identificação dos riscos que podem prejudicar o alcance dos objetivos e metas da organização, e, por conseguinte analisar o nível de ameaça, bem como seus impactos, e elaborar estratégias para administração dos riscos.
Atividades de Controle	As atividades de controle consistem nas políticas e procedimentos que devem ser implantados e executados pelas organizações a fim de garantir resposta aos riscos.
Informações e estrutura de comunicação	As informações, sejam elas externas ou internas, são de extrema importância para o cumprimento das responsabilidades dentro das organizações. Sendo assim, a comunicação é essencial para a assimilação das informações, seja ela, vertical ou horizontal, formal ou informal.
Monitoramento	Trata-se do processo de avaliação do controle interno ao longo do tempo a fim de verificar as deficiências e evidenciar a eficácia dos controles.

Fonte: adaptada de Hillen, Santos e Souza (2013)

A estrutura integrada do COSO apresenta um conjunto de 17 princípios referentes a esses 5 componentes, esses princípios são para as organizações elementos que orientam na busca por medidas de controles internos eficientes.

2.4 ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No Brasil, as primeiras universidades surgiram no início do século XIX, logo após a elite brasileira da época sair do país para buscar principalmente em universidades da Europa, formação profissional. Essa elite volta a solo brasileiro mais qualificada, com isso, começa a surgir as primeiras universidades. As primeiras instituições de ensino do país são basicamente resultado da união de alguns institutos ou de faculdades, união essa que deixou o início do ensino superior no Brasil fracionado e incerto (STALLIVIERI, 2006).

O Ministério da Educação e Saúde criado, em 1931, serviu para o avanço do ensino superior brasileiro, na qual se sobressaem, alguns importantes acontecimentos como: a criação do estabelecendo o Estatuto das Universidades Brasileiras (SOUSA NETO, 2018).

Para Neves e Martins (2016), o sistema de ensino superior no Brasil é composto por instituições públicas e privadas. As públicas são divididas em instituições federais, estaduais e municipais, o acesso a todas essas instituições é gratuito e elas são sustentadas pelos respectivos poderes. Já as instituições privadas são divididas basicamente em dois grupos, as que tem fins lucrativos e as que não tem. Instituições como confessionais, comunitárias e filantrópicas, são exemplos de instituição sem fins lucrativos.

Ainda de acordo com os pensamentos de Neves e Martins (2016), as instituições de ensino superior no Brasil estão divididas em dois grupos, que são:

- I. Instituições universitárias: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; e
- II. As IES não universitárias: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas.

3 METODOLOGIA

Esta seção descreve a metodologia utilizada na aplicação do estudo de caso, incluindo as técnicas usadas para a coleta e análise dos dados, os procedimentos metodológicos e a delimitação do estudo.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa é um estudo que foi realizado na Instituição de Ensino Superior e foi caracterizada como descritiva. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal intuito descrever as peculiaridades do trabalho, como por exemplo, detalhar população e fenômeno. Coleta de dados, questionários e observações sistemáticas, estão entre os métodos mais relevantes na elaboração deste tipo de pesquisa.

Em relação aos procedimentos utilizados na elaboração desse trabalho, a pesquisa é classificada como um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Yin (2001), os estudos de caso são aplicados com intuito de buscar as respostas para as questões do tipo “como” e “por que” determinados fenômenos ocorrem. Esses fenômenos, geralmente estão relacionados com o cotidiano e a vida real.

Quanto a pesquisa bibliográfica Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Desta forma, a pesquisa bibliográfica é um procedimento presente em praticamente em todos os estudos, pois ela servirá como meio para fundamentar o trabalho.

Já em relação a abordagem do problema, essa pesquisa foi classificada como qualitativa. Collis e Hussey (2005) afirmam que esse tipo de pesquisa é um meio subjetivo para obter informações sobre determinados comportamentos e ações sociais e humanas, para conseguir essas informações a pesquisa qualitativa utiliza-se de exames e análises comportamentais.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados da pesquisa foram coletados na Coordenação de Auditoria Interna (Audin) da instituição. A Audin é uma unidade técnica da instituição, fica localizada no

campus I. Os dados foram coletados com o propósito de esclarecer o que foi determinado nos objetivos deste trabalho.

Esses dados foram coletados através de um questionário adaptado do estudo realizado por Teixeira (2008), o questionário foi destinado aos servidores da Coordenação de Auditoria Interna (Audin), com o intuito de avaliar as informações, as percepções e o nível de conhecimento acerca do sistema de controle interno da instituição.

3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi aplicada na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, e teve como unidade de análise a Auditoria Interna - Audin. A Audin é composta por 6 servidores, que ingressaram na instituição através de concurso público. Os 6 servidores exercem no setor o cargo de Auditor, e um dos 6 servidores exerce a função de Auditor Chefe, que é o cargo máximo do setor. O motivo para escolher especificamente esse setor para aplicar o estudo, é pelo fato de ser a unidade técnica administrativa da instituição que tem como objetivo principal orientar, acompanhar e avaliar o controle institucional.

Segundo o art. 1º do Estatuto da Universidade Federal da Paraíba, ela é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, e que tem como objetivo principal promover ensino, pesquisa e extensão. A instituição é composta por quatro campus, no qual o campus de João Pessoa é a sede e foro da instituição.

A Lei Estadual de nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, foi a lei responsável pela fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A universidade foi federalizada após aprovação da Lei de número 3.835 de 13 de dezembro de 1960, transformando-se, assim, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A princípio, sua estrutura era composta por unidades universitárias que se dividiam nas cidades de Campina Grande e João Pessoa (CARVALHO, 2017).

Todo órgão público tem o dever de buscar atender as necessidades da sociedade, e conseqüentemente o bem-estar social. Nesse sentido, o art. 3º do Estatuto da UFPB, indica quais são os objetivos que ela pretende atingir através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os objetivos são:

- I - Desenvolver as ciências, as tecnologias, as letras e as artes;
- II - Formar profissionais nos níveis de educação básica e educação superior;
- III - Prestar serviços à comunidade sob a forma de cursos e treinamentos, de consultoria e de outras atividades de extensão.
- IV - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- V - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- VI - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- VII - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VIII - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- IX - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- X - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A Universidade Federal da Paraíba, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, busca contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico do estado da Paraíba e também de todo o país. Além disso, busca também formar profissionais capacitados e aptos a ingressar no mercado de trabalho (ARAÚJO; FARIAS, 2013).

Ainda conforme Araújo e Farias (2013), por ser uma instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba, procurar oferecer de forma gratuita acesso e permanência de seus alunos. Para assim, ter a capacidade de oferecer aos seus alunos uma educação superior, que efetivamente, possa formar excelentes cidadãos, nas diversas áreas que a UFPB atende, tais como, a área de humanas, sociais, exatas, dentre outras.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo trata da análise de resultados obtidos, de acordo com o questionário aplicado (APÊNDICE A) no departamento de Auditoria Interna da Universidade Federal da Paraíba, conforme a metodologia de pesquisa descrita. Os resultados foram estruturados, de modo que ofereçam uma visão do controle interno adotado na IES da administração pública federal, com os seguintes aspectos:

- a) Perfil dos respondentes;
- b) Percepção dos controles internos adotados na instituição.

O questionário foi destinado aos 6 servidores da Auditoria Interna – Audin, obtendo a resposta de 4 deles, ou seja, uma taxa de 66,67%, com isso, pode-se considerar uma quantidade suficiente para avaliar as informações, as percepções e o nível de conhecimento dos servidores sobre os controles adotados na instituição, pela quantidade de servidores responsáveis por este setor.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A primeira parte do questionário foi destinada para analisar o perfil dos respondentes. Com intuito de caracteriza-los, analisando-se os seguintes aspectos: tempo de serviço na instituição, formação superior e cargo que exerce. A tabela 1 informa o tempo de instituição dos respondentes.

Tabela 1 - Tempo de serviço na instituição

Quantidade de anos	Quantidade de servidores	%
Até 6 anos	01	25%
Entre 6 e 15 anos	02	50%
Acima de 15 anos	01	25%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De acordo com os dados da tabela 1, verifica-se que 50% dos respondentes tem entre 6 e 15 anos de serviços prestados na instituição, enquanto um tem no máximo 6 anos e outro tem mais de 15 anos de tempo de serviço. Em relação a formação superior dos respondentes, todos têm formação superior em Ciências

Contábeis, e um deles, além de ter formação superior em Ciências Contábeis, tem também em Administração de Empresas. Já sobre o cargo que exerce na instituição, todos entraram na instituição, por meio, de concurso público para o cargo de Auditor.

Na segunda parte do questionário, o objetivo foi coletar as percepções dos respondentes a respeito do sistema de controle interno da instituição, sob a ótica dos cinco componentes do COSO. Os componentes são: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento. Os resultados acerca dos referidos componentes serão analisados nos tópicos a seguir.

4.2 AMBIENTE DE CONTROLE

Ambiente de Controle é o primeiro componente do COSO a ser analisado. Foram abordadas 5 afirmativas, que foram avaliadas, por meio de uma escala de intensidade. A tabela 2, traz as percepções dos servidores a respeito desse primeiro componente.

Tabela 2 - Percepção sobre o Ambiente de Controle

	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1	As atividades do órgão de controle interno são efetiva, permanente e sistemática.	2	2	-	-	-
2	A alta administração da instituição adota, em seu modelo de gestão, o efetivo controle de suas operações.	-	2	1	1	-
3	Os procedimentos da instituição são estabelecidos por escrito e organizados de forma sistemática e clara.	-	2	1	1	-
4	O sistema de controle interno é constituído por um plano da organização que prevê uma separação de funções, sistema de autorização e procedimentos de registros adequados.	-	1	3	-	-
5	Percebo, no comportamento das unidades ou de departamentos da instituição, comprometimento com os controles internos.	-	1	2	1	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira afirmativa tem a finalidade de detectar se as atividades de controle interno são efetivas, permanentes e sistemáticas, ou seja, busca saber se as atividades de controle interno da instituição realmente produzem efeito, se são utilizadas com frequência e se segue um método de aplicação. Com base nos dados, todos os respondentes concordam que as atividades de controle interno da instituição são efetivas, permanentes e sistemáticas.

A segunda afirmativa debate sobre a instituição aplicar ou não efetivo controle de suas operações. Apenas, metade dos respondentes, considera que existe na instituição controle efetivo das operações.

A afirmação 3, avalia se os procedimentos de controle adotados na instituição são estabelecidos com base em manuais, se são publicados e definidos com base em aspectos legais. Quanto ao resultado, 50% dos respondentes, declararam que os procedimentos adotados são estabelecidos por escrito e organizados de forma clara.

Já a afirmação 4, aponta que o atual sistema de controle interno tem como base um plano de organização que prevê separação de funções, sistema de autorização e procedimentos de registros adequados, como por exemplo, sistema de autorização de pagamento e recebimento. Para, 75% dos respondentes, afirmaram que nem concorda e nem discorda sobre o sistema de controle interno atuar com base em um plano de organização.

E por fim, a quinta afirmação julgou se há o interesse e comprometimento por parte de servidores e de unidades administrativas da instituição com os controles internos. Dentre os respondentes, apenas 25% considera que existe o interesse e comprometimento com os controles internos. Esta é uma afirmação preocupante, pois, o Coso (Comitê das Organizações Patrocinadas), em sua Estrutura Integrada (*Framework*) do Coso I, para controle interno, nos princípios sobre Ambiente de Controle, destacam no número 4, “ a organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos”, bem como, no número 5, “ a organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos”, as respostas, elas vão ao encontro do que a Estrutura recomenda, a falta de implementação dos princípios, já anulam a existência de controle interno, conforme, as recomendações do Coso, pelos componentes e princípios serem alinhados e conectados.

4.3 AVALIAÇÃO DE RISCOS

Para o componente Avaliação de Riscos foram abordadas 4 afirmativas, que também foram avaliadas por uma escala de intensidade. Na tabela 3, são apresentadas as percepções dos respondentes referente a esse segundo componente.

Tabela 3 - Percepção sobre Avaliação de Riscos

	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1	A instituição adota alguma metodologia para aferição do controle interno.	-	-	1	2	1
2	As informações obtidas são comparadas com as operações realizadas ou procedimentos adotados pela instituição.	1	1	1	1	-
3	Os principais objetivos estratégicos e os principais processos operacionais são claramente identificados pela administração e objetos de planejamento.	-	2	-	2	-
4	Os mecanismos de controle interno existentes e aplicados nos processos da Instituição minimizam, substancialmente, os níveis de exposição aos riscos.	-	-	1	3	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira afirmativa desse segundo componente foi para apurar a existência de alguma metodologia adotada pela instituição para aferição do controle interno, como o uso, por exemplo, de fluxogramas e organogramas. Dentre os respondentes, 75% afirmaram que não existe nenhuma metodologia aplicada para avaliar o controle interno.

A segunda afirmativa buscou identificar se as informações recebidas no âmbito institucional são comparadas com as operações realizadas ou procedimentos adotados pela instituição, com o objetivo de verificar sua autenticidade e sua conformidade com a lei. Com base nas respostas obtidas, 50% dos respondentes concordam que existe comparabilidade de informações.

A terceira afirmativa procurou levantar se na instituição os objetivos e os processos institucionais são de fácil entendimento, ao ponto de ficar evidente se a instituição alcançou ou não os resultados que foram planejados. De acordo com os dados, 50% dos respondentes consideram que os objetivos estratégicos e os processos operacionais da instituição são identificáveis.

Por fim, a quarta e última afirmativa procurou identificar se os mecanismos de controle interno existentes e aplicados nos processos da Instituição minimizam, substancialmente, os níveis de exposição aos riscos. Ou seja, se os controles aplicados na instituição dão aos gestores segurança razoável na administração da universidade e reduzem de forma significativa a ocorrências de eventos de riscos. Dentre os respondentes, 75% afirmaram que os mecanismos de controle interno não minimizam de forma significativa a exposição aos riscos.

O Coso (Comitê das Organizações Patrocinadas), em sua Estrutura Integrada (*Framework*) do Coso I, para controle interno, nos princípios sobre Avaliação de Riscos, evidenciam no número 6, “A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos, em linha com seus objetivos”, assim como, no número 7, “A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados”, as respostas, demonstram a total falta de conexão com a Estrutura Integrada, consoante, as recomendações do Coso, pelos componentes e princípios não serem interligados.

O mais preocupante para a entidade, é a afirmação quanto a exposição ao risco, pois, conforme os princípios 8 e 9, que dizem respectivamente que “a organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos” e, “a organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno”, a falta de aplicabilidade, deixa a organização com maior vulnerabilidade quanto as fraudes, pela falta de um direcionador para mensurar.

4.4 ATIVIDADES DE CONTROLE

O terceiro componente a ser analisado foi o Atividades de Controle. Como nos componentes anteriores, as respostas foram obtidas através de uma escala de

intensidade. Para esse componente foram abordadas 5 afirmativas, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 - Percepção sobre Atividades de controle

	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1	O acesso ao sistema de informática está restrito ao pessoal autorizado.	1	2	1	-	-
2	Existe, na instituição, o órgão de Auditoria Interna, que atua de forma detectiva.	1	1	1	1	-
3	Existe, na instituição, o órgão de Auditoria Interna, que atua de forma detectiva e preventiva.	2	2	-	-	-
4	A instituição adota procedimentos de conciliações contábeis e extra-contábeis dos principais elementos patrimoniais.	1	1	2	-	-
5	Os principais elementos patrimoniais são movimentados e controlados em sistemas eletrônicos de dados, integrados, que atendem satisfatoriamente à administração.	1	1	1	1	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira afirmação do componente em questão, procurou levantar se o acesso ao sistema de informática é restringido ao pessoal competente, ou seja, a afirmação buscou saber se o sistema de informática é seguro e se o acesso ao mesmo é restrito aos servidores da instituição. Dentre os respondentes, 75% concordam que o sistema de informática da instituição é seguro.

A afirmação 2 buscou identificar se existe na instituição alguma unidade de Auditoria Interna que atue de forma detectiva, isto é, se a Auditoria Interna apura denúncias de erros, irregularidades e fraudes. Com base nos dados, apenas 50% dos respondentes concordam que a Auditoria Interna atua de forma detectiva.

Já a afirmação 3, prolongação da afirmativa anterior, procurou identificar também a existência de alguma unidade de Auditoria Interna na instituição, só que nessa terceira afirmação buscou identificar se sua atuação ocorre de forma preventiva. Com base nos dados, diferentemente da afirmativa anterior, os

respondentes afirmaram com unanimidade a existência de um órgão de Auditoria Interna, que atua de forma preventiva.

A afirmação 4 buscou saber se a instituição adota procedimentos de conciliações contábeis e extra-contábeis dos principais elementos patrimoniais, como por exemplo, procedimentos de conferência de saldo bancário e de valores a receber e a pagar, e se tais procedimentos possibilitam também verificar a situação patrimonial, contábil e financeira da instituição. Dentre os respondentes, 50% afirmaram que a instituição adota procedimentos de conciliações contábeis e extra-contábeis.

E por fim, a afirmação 5, procurou constatar se os principais elementos patrimoniais são movimentados e controlados em sistemas eletrônicos de dados, integrados, e se os sistemas atendem as necessidades da administração da instituição. De acordo com os dados, 50% dos respondentes concordam que os principais elementos patrimoniais são movimentados por sistemas eletrônicos de dados integrados e que satisfazem a administração.

Porém, não mencionam em obediência ao princípio número 12, do Coso, que diz “ a organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas”, não foram encontrados também na internet e no próprio *site*, material que identificasse as práticas de políticas.

4.5 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O quarto componente a ser analisado foi o Informação e Comunicação. Para esse componente foram analisadas 6 afirmativas, utilizando também a escala de intensidade. A tabela 5, traz as respostas referente a esse quarto componente.

Tabela 5 - Percepção sobre Informação e Comunicação

(continua)

FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1 O órgão responsável pelo sistema de controle interno participa das reuniões e/ou tem acesso às decisões do Conselho de Administração.	-	-	2	2	-

(conclusão)

	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
2	As recomendações e solicitações de justificativas solicitadas pelo órgão de controle interno são tratadas formalmente.	2	2	-	-	-
3	O órgão responsável pelo sistema de controle interno é subordinado, única e exclusivamente, ao Diretor Geral (Reitor, Superintendente, Decano ou outro).	2	1	-	-	1
4	Os trabalhos desenvolvidos pelo órgão de controle são disseminados à comunidade universitária.	2	1	-	-	1
5	A detecção de erros e fraudes é imediatamente comunicada aos administradores.	2	2	-	-	-
6	As informações dos órgãos de controles internos são acessíveis ao pessoal de controle externo.	4	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira afirmação desse componente buscou verificar se a unidade ou o pessoal responsável pelo sistema de controle interno participa das reuniões e/ou tem acesso às decisões do Conselho de Administração da instituição, ou seja, a afirmativa procurou identificar se a unidade ou pessoal responsável pelo o controle interno tem participação efetiva no processo de tomada de decisão da alta administração. De acordo com os dados apresentados na tabela 5, nenhum dos respondentes afirmaram que participam de reuniões ou do processo de tomada de decisão da instituição.

A segunda afirmação analisou se as recomendações e solicitações de justificativas solicitadas pelo órgão de controle interno são tratadas formalmente, por meio, por exemplo, de correspondência ou de procedimentos eletrônico. Todos os respondentes afirmaram com unanimidade que recomendações e solicitações de justificativas solicitadas pelo órgão de controle interno são tratadas formalmente.

A afirmação 3 procurou esclarecer se o órgão responsável pelo sistema de controle interno é subordinado, única e exclusivamente, a alta administração da instituição. Dentre os respondentes, 75% concordam que existe sim, uma

subordinação única e exclusiva do órgão responsável pelo sistema de controle interno com a autoridade máxima da universidade.

A afirmação 4 buscou identificar se os trabalhos desenvolvidos pelo órgão de controle são disseminados à comunidade universitária. De acordo com os dados coletados, 75% dos respondentes afirmaram que os trabalhos desenvolvidos são divulgados para toda comunidade da instituição.

A quinta afirmação procurou verificar se quando é detectado algum erro ou fraude é feita imediatamente a comunicação aos gestores da instituição, antes mesmo de passar por toda formalização que determinados procedimentos exigem. De acordo com os dados da pesquisa, todos os respondentes concordam que a comunicação para os administradores da universidade é imediata quando se detecta algum erro ou fraude.

A última afirmação desse componente analisou se as informações do controle interno, como relatórios e pareceres, estão disponíveis para os responsáveis pelo controle externo, por exemplo, a Controladoria Geral da União. Todos os respondentes, afirmaram que as informações de controle estão acessíveis ao controle externo.

4.6 MONITORAMENTO

O último componente a ser analisado, foi o componente de monitoramento. Para esse componente foram analisadas 4 afirmativas. A tabela 6 traz os dados coletados referente a esse último componente.

Tabela 6 - Percepção sobre Monitoramento

(continua)

FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1 Existe acompanhamento através de indicadores para a avaliação da efetividade das ações da Instituição.	-	2	1	1	-
2 Nas verificações pelo órgão de controle interno, os gestores das unidades objeto de verificação recebem <i>feedback</i> dos resultados do trabalho e dos principais problemas encontrados.	3	1	-	-	-

(conclusão)

FRASES		Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
3	As operações e procedimentos duvidosos encontrados nas unidades ou departamentos são justificados, formalmente, pelos responsáveis.	-	4	-	-	-
4	Na unidade ou departamento da instituição existe a preocupação em manter seus processos críticos controlados.	1	1	1	1	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira afirmação desse último componente, investigou se existe ou não na instituição acompanhamento através de indicadores para a avaliação da efetividade das ações da universidade. Dentre os respondentes, 50% concordam sobre a existência de indicadores para avaliar as ações da instituição.

A segunda afirmação avaliou, se nas verificações realizadas pelo o órgão de controle interno, os gestores das unidades objeto de verificação recebem feedback dos resultados do trabalho e dos principais problemas encontrados. Com base nos dados coletados, todos respondentes concordam que os gestores da instituição recebem o feedback dos resultados do trabalho e dos principais problemas encontrados pelo o órgão de controle interno.

A afirmação 3 analisou, se quando os servidores da instituição detectam algum tipo de problema ou quando se tem alguma dúvida nas operações realizadas, tais problemas e dúvidas são justificados, formalmente, pelos responsáveis. Todos os respondentes afirmaram com unanimidade que quando os responsáveis das unidades ou dos departamentos da instituição detecta algum problema ou tem alguma dúvida, faz a comunicação formalmente do problema encontrado ou da dúvida que surgiu.

A última afirmação desse componente, buscou verificar se nas unidades ou nos departamentos da instituição existe a preocupação em manter seus processos críticos controlados, ou seja, se as unidades ou departamentos que apresentam alguma fragilidade em suas atividades, procura utilizar alguma medida de controle, para minimizar a exposição ao risco. Dentre os respondentes, 50% concordam que existe nas unidades ou nos departamentos da instituição, a preocupação em manter seus processos críticos controlados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou verificar o funcionamento do sistema de controle interno da Universidade Federal da Paraíba, sob as perspectivas do COSO. Além disso, foi permitido também uma pesquisa de campo para obter dados mais consistentes sobre as percepções dos servidores acerca do sistema de controle interno, com base nos cinco componentes do COSO.

De modo geral, os servidores da instituição responsáveis pelo sistema de controle interno, demonstraram entendimento sobre as medidas de controle adotadas, além de demonstrar também conhecimentos sobre as perspectivas do COSO.

Ao verificar o alinhamento dos controles internos utilizados na instituição, sob as perspectivas do COSO, percebeu-se que o componente Informação e Comunicação foi o que mais apresentou conformidade ao COSO, pois das seis afirmações, em cinco o grau de concordância dos respondentes foi praticamente unanime. Já o componente que apresentou a maior divergência, foi o Avaliação de Riscos, onde em nenhuma das afirmações teve concordância da maioria dos respondentes.

Os dados deste trabalho foram coletados com base no questionário adaptado do trabalho de Teixeira (2008), e analisando de forma comparativa os resultados do trabalho de Teixeira (2008) com os resultados deste trabalho, percebeu-se uma distinção nos resultados. No trabalho de Teixeira (2008) os testes apresentaram melhores resultados nos componentes Ambiente de Controle e Avaliação de Riscos, já neste trabalho esses dois componentes apresentaram resultados preocupantes, principalmente pelo fato de que em algumas assertivas referente a esses componentes foi observado uma grande dispersão entre os respondentes.

O questionário aplicado no presente estudo teve o intuito de coletar dos servidores pesquisados, informações, percepções e o nível de conhecimento acerca do sistema de controle interno da instituição, com base nos cinco componentes do COSO.

Quanto ao problema de pesquisa apresentado, foi observado na instituição um grau de adesão parcial ao modelo do COSO em sua estrutura integrada, direcionando maiores esforços ao componente Informação e Comunicação, divergindo das orientações do COSO quanto aos esforços destinados ao componente Atividades de Controle.

5.1 LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho teve como limitação a impossibilidade de coletar dados por meio de uma entrevista presencial, pois os servidores do setor que foram a fonte de pesquisa para este trabalho, alegaram não ter na época que foi aplicada a pesquisa disponibilidade para realizar a entrevista, devido aos compromissos do trabalho.

Durante o desenvolvimento desse estudo foi necessário buscar meios que pudessem auxiliar sua elaboração. Com isso, foram realizadas pesquisas de outros trabalhos que explorou a mesma temática ou uma semelhante, notou-se uma predominância de trabalhos sobre controle interno voltados para as instituições públicas de ensino. Dessa forma, recomenda-se trabalhos futuros voltados para as instituições privadas de ensino, para que possam detectar novas concepções.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Elisabete; MOREIRA, Lima. **Administração geral e pública para concursos**. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- ARAÚJO, Ana Cláudia Silva Gomes; FARIAS, Rosenilda Rodrigues de. **A inserção dos alunos advindos da educação de jovens e adultos no curso de pedagogia da UFPB**. 2013. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- AZEVEDO, Natalia Kirchner; ENSSLIN, Sandra Rolim; REINA, Diane Rossi Maximiano. **Controle interno e as fundações de apoio à pesquisa universitária: uma análise do funcionamento do controle interno nas fundações da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010**. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 29, n. 3, p. 34-45, 2011.
- BRANDÃO, Joseth Ferreira. **Sistemas de controle interno e transparência pública: estudo de caso da Universidade Federal de Alagoas**. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis, Atuariais E Finanças) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BRASIL, **Estatuto da UFPB**. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/ded/contents/documentos/resolucoes/estatuto-geral-da-ufpb.pdf/view>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- CARDIN et al. **Controle interno na administração pública como ferramenta para economicidade de processos**. AEDB. Resende. p.5 -22, out. 2015.
- CARRANZA, Giovanna. **Administração geral e pública para os concursos de analista e técnico**. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- CARVALHO, Ticiane de Sá Falconi de. **Custo do ensino da graduação da UFPB: uma análise da evolução dos custos por departamento no campus I**. 2017. 144f. Dissertação (Pós-Graduação em Economia do Setor Público) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSTA, Lesiane Pereira da. **Avaliação do sistema de controle interno do município de Pejuçara - RS**. 2014. 114 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2621>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- COSTA, Nathalya Reis Ferreira. **Controle interno: análise na Universidade Estadual da Paraíba, Campus V, na perspectiva do planejamento estratégico e sua eficácia na gestão**. 2018. 117 f. Dissertação (Pós-Graduação em Gestão) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- DINIZ, Gisela Marcolino **Controle interno: Uma análise sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília sobre o controle**

interno na administração pública. 2014. 42 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOSÉ FILHO, Antônio. **A importância do controle interno na administração pública.** Diversa. Piauí. Ano I - nº 1. p. 85-99. jan./jun. 2008.

MAFFI, Daiana. **A importância da metodologia do COSO.** RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 27-49, out. 2018.

Disponível em:

<http://www.saofranciscodeassis.edu.br/rgsn/arquivos/RGSN12/artigos/A-importancia-da-Metodologia-do-COSO-MAFFI-D.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo volume I.** 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2007.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior do Brasil: uma visão abrangente.** Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

NUNES, Eliane Pereira. **O controle interno como instrumento de gerenciamento na Universidade Federal do Pampa.** 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

PALUDO, Augustinho. **Administração geral e pública para auditor fiscal da receita federal e auditor fiscal do trabalho.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

QUEIROZ, Marly Alfaia Simões. **Controle interno e controladoria na administração pública: estudo nas universidades federais brasileiras.** 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Cerli da Luz dos; SOUZA, Rita Cássia de; HILLEN, Cristina. **Controle interno: análise baseada na metodologia coso em uma empresa de campo mourão/pr.** Disponível em:

http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/CONTABEIS/07-clsantrabalhocompleto.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, Fábio Cardoso da. **O controle interno nas pequenas e médias empresas.** 2013. 24 f. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade Cearense, fortaleza, 2013.

SILVA, Pedro Gabriel Kenne da. **O papel do controle interno na administração pública.** Com Texto, [S.l.], v. 2, n. 2, out. 2009. ISSN 2175-8751. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11555>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SOUSA NETO, Vicente Daniel de. **A gestão da informação como auxílio à tomada de decisão em uma unidade acadêmica pública federal de ensino superior: Um Estudo de Caso.** 2018. 139 f. Dissertação (Programa de Pós-

Graduação em Administração Pública – PROFIAP) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do brasil características, tendências e perspectivas.** Disponível em:

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

TEXEIRA, Elenice Cacia Bittencourt. **Estudo dos controles internos das instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná.** 2008. 190 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre:

Bookman, 2001. 164 p. Disponível em:

http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74440967/3-YIN-desenho%20e%20metodo_Pesquisa%20Estudo%20de%20Caso.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

PESQUISA ACADÊMICA

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário é dividido em duas partes: Parte I – Identificação. E Parte II – Grau de Concordância. A primeira tem por objetivo coletar informações sobre os dados pessoais (optativo) e da instituição, como objetivo de caracterização da Instituição de Ensino. A segunda parte tem por objetivo coletar a sua opinião sobre a avaliação do sistema de controle interno, sob a ótica dos cinco componentes do COSO, na UFPB, por meio de frases afirmativas especialmente elaboradas em torno do tema a ser estudado.

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO

Nome do respondente	
Cargo ou Área na UFPB:	
Em que setor trabalha na UFPB?	
Há quanto tempo trabalha na instituição?	

PARTE II - GRAU DE CONCORDÂNCIA

As respostas devem expressar a sua opinião e as condições atuais de sua IES.

Marque somente com “X” no quadrado alternativo de cada questão que se adequou à sua opinião.

Componente 1: Ambiente de Controle						
FRASES		Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1	As atividades do órgão de controle interno é efetiva, permanente e sistemática.					
2	A alta administração da instituição adota, em seu modelo de gestão, o efetivo controle de suas operações.					
3	Os procedimentos da instituição são estabelecidos por escrito e organizados de forma sistemática e clara.					
4	O sistema de controle interno é constituído por um plano da organização que prevê uma separação de funções, sistema de autorização e procedimentos de registros adequados.					
5	Percebo, no comportamento das unidades ou de departamentos da instituição, comprometimento com os controles internos.					
Componente 2: Avaliação de Riscos						
FRASES		Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
2	A instituição adota alguma metodologia para aferição do controle interno.					
3	As informações obtidas são comparadas com as operações realizadas ou procedimentos adotados pela instituição.					

4	Os principais objetivos estratégicos e os principais processos operacionais são claramente identificados pela administração e objetos de planejamento.					
5	Os mecanismos de controle interno existentes e aplicados nos processos da Instituição minimizam, substancialmente, os níveis de exposição aos riscos					
Componente 3: Atividades de Controle						
	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
2	O acesso ao sistema de informática está restrito ao pessoal autorizado.					
3	Existe, na instituição, o órgão de Auditoria Interna, que atua de forma detectiva.					
4	Existe, na instituição, o órgão de Auditoria Interna, que atua de forma detectiva e preventiva.					
5	A instituição adota procedimentos de conciliações contábeis e extra-contábeis dos principais elementos patrimoniais.					
6	Os principais elementos patrimoniais são movimentados e controlados em sistemas eletrônicos de dados, integrados, que atendem satisfatoriamente à administração.					
Componente 4: Informação e Comunicação						
	FRASES	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente

1	O órgão responsável pelo sistema de controle interno participa das reuniões e/ou tem acesso às decisões do Conselho de Administração.					
2	As recomendações e solicitações de justificativas solicitadas pelo órgão de controle interno são tratadas formalmente.					
3	O órgão responsável pelo sistema de controle interno é subordinado, única e exclusivamente, ao Diretor Geral (Reitor, Superintendente, Decano ou outro).					
4	Os trabalhos desenvolvidos pelo órgão de controle são disseminados à comunidade universitária.					
5	A detecção de erros e fraudes é imediatamente comunicada aos administradores.					
6	As informações dos órgãos de controles internos são acessíveis ao pessoal de controle externo.					
Componente 5: Monitoramento						
FRASES		Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
2	Existe acompanhamento através de indicadores para a avaliação da efetividade das ações da Instituição.					
3	Nas verificações pelo órgão de controle interno, os gestores das unidades objeto de verificação recebem <i>feedback</i> dos resultados do trabalho e dos principais problemas encontrados.					

4	As operações e procedimentos duvidosos encontrados nas unidades ou departamentos são justificados, formalmente, pelos responsáveis.					
5	Na unidade ou departamento da instituição existe a preocupação em manter seus processos críticos controlados.					